



Município de Santa Cruz das Flores

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

RELATÓRIO DE GESTÃO

E

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2023

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Município de Santa Cruz das Flores

Conteúdo

INTRODUÇÃO	5
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS.....	6
1.1 - Estrutura política	6
1.2 - Estrutura Organizacional	6
1.3 - Recursos Humanos.....	7
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO.....	9
2.1-Análise Orçamental.....	9
2.1.1-Orçamento	9
2.1.2-Equilíbrio Orçamental.....	9
2.1.3-Receita Orçamental e Despesa Orçamental	10
2.1.5 - Execução plano Plurianal de Investimento	14
III-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	15
3.1-Análise ao Balanço	15
3.2-Análise à Demonstração de Resultados	17
3.3-Indicadores económico-financeiros	19
3.4-Endividamento Municipal	19
IV-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
V – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
5.1 - Balanço.....	22
5.2 - Demonstração de Resultados por Natureza.....	23
5.3 - Demonstração de Fluxos de Caixa	24
5.4 - Demonstração de Alterações ao Património Líquido.....	25
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	26
1.1 - Identificação da entidade e período de relato	26
1.2 - Recursos Humanos.....	26
1.3 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
1.4 - Rubrica de caixa e em depósitos bancários.....	26
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contab. e erros	27
2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	27
2.1.1 - Principais políticas contabilísticas.....	27
2.1.1.1 - Ativos fixos tangíveis.....	28



Município de Santa Cruz das Flores

2.1.1.2 - Propriedades de investimento.....	28
2.1.1.3 - Ativos intangíveis	29
2.1.1.4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente.....	30
2.1.1.5 - Locações.....	31
2.1.1.6 - Participações financeiras.....	31
2.1.1.7 - Imparidade de ativos	32
2.1.1.8 - Inventários.....	32
2.1.1.9 - Instrumentos financeiros	33
2.1.1.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	35
2.1.1.11 - Regime do acréscimo	35
2.1.1.12 - Julgamentos e estimativas.....	36
2.1.1.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro.....	37
2.1.1.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros	37
Nota 3 - Ativos intangíveis.....	37
3.1 - Ativos intangíveis – variação das amort. e perdas por imparidades acumuladas.....	37
Nota 4- Acordos de concessão de serviços- Concedente	38
Nota 5– Ativos Fixos Tangíveis.....	40
5.1 - Ativos fixos tangíveis-variação das deprec. e perdas por imparidade acumuladas	40
Nota 6 – Locações.....	42
Nota 7 – Custo de Empréstimos Obtidos	43
Nota 8 – Propriedades de Investimento	44
Nota 9 - Imparidades de Ativos	45
Nota 10 - Inventários	46
Nota 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação.....	47
13.1 - Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração	47
13.2 - A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte	47
Nota 14 - Rendimentos de Transações sem Contraprestação	48
14.1 - Políticas contabilísticas e métodos adotados.....	48
Nota 15 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes	49
15.1 - Passivos Contingentes	49
Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato.....	50
Nota 18 – Instrumentos Financeiros.....	50
18.1 - Ativos Financeiros.....	50

ccu
[Handwritten signatures and initials]



Município de Santa Cruz das Flores

18.2 - Os devedores por acréscimos e outros devedores	51
18.3 - Participações financeiras	51
18.4 - Passivos Financeiros	51
Nota 20 – Divulgações de Partes Relacionadas.....	54
VII – OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	54
Nota 23 – Depreciações	54
Com um crescimento de 1,53% as depreciações e amortizações assumem um peso de 31% na estrutura de gastos da entidade.	55
Nota 24 – Gastos com Pessoal.....	55
Com um crescimento de 35,3% os gastos com pessoal representam 37,2% na estrutura de gastos da entidade.	55
Nota 25 – Rendimentos e Ganhos	55
Nota 26 – Gastos e Perdas	56
Nota 27 – Transferências e Subsídios Concedidos	56
Nota 28 – Fornecimentos e Serviços Externos	57
Nota 29 – Diferimentos	58
29.1 - Diferimento de ativos.....	58
29.2 - Diferimento de passivos.....	58
Nota 30 – Alterações ao Património Líquido.....	58
Nota 31 – Financiamentos de capital e respetiva especialização.....	58
IX – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	63
9.1 – DDORC	63
9.2 – DODES	64
9.3 - DOREC	64
9.4 - DTAS	65
9.5 - DPPI	66
9.6 - Operações de Tesouraria.....	66
Anexo I.....	67
Anexo II	68



Município de Santa Cruz das Flores

INTRODUÇÃO

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do n.º 1 do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Santa Cruz das Flores, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2023.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas)

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 3º ano de implantação do novo normativo o município de Stª Cruz das Flores dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O exercício de 2022 foi fortemente afetado pelo salto significativo da inflação, cujos efeitos se fizeram sentir diretamente e indiretamente na conta do município.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2023.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



Município de Santa Cruz das Flores

I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

1.1 - Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

No ano de 2023, em resultado das eleições de 26 de setembro de 2021 foram eleitos os órgãos autárquicos, com a reeleição do Presidente de Câmara e eleição de 4 vereadores para o mandato de 2021-2025.

A Assembleia Municipal de Stª Cruz das Flores é constituída por 19 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 4 por inerência, por via do cargo de Presidente das Juntas de Freguesia.

A sua composição a 31 de dezembro era a seguinte:

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

O executivo tem a seguinte composição:

- Presidente: José Carlos Mendes
- Vice-Presidente: Maria Elizabete Avelar Nóia
- Vereador: Fábio dos Milagres Rosário Medina
- Vereador: Ricardo Beato Gomes Vieira
- Vereadora: Lília Maria Ferreira Silva

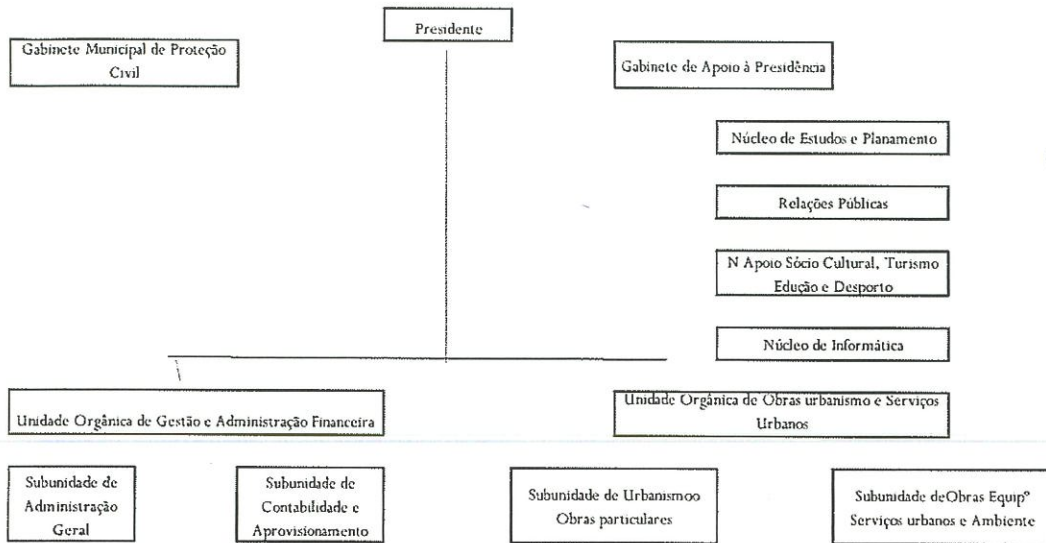
1.2 - Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica do Município de Santa Cruz das Flores encontra-se definida nos termos de organização dos serviços da Câmara Municipal foi elaborada nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 12 de junho e de Assembleia Municipal no dia 30 de junho de 2014.

Organograma em 31 de dezembro de 2023



Município de Santa Cruz das Flores



Van
de
Ben

Ch
João
S

1.3 - Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 18/11/2022 e em reunião de Assembleia Municipal de 28/11/2022 o mapa de pessoal para 2023.

No final de 2023, o número de trabalhadores ao serviço foi de 72 trabalhadores, número que representa um acréscimo de 14 trabalhadores face ao ano de 2022.

No decorrer de 2023 foi iniciado procedimento concursal com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado de 1 vaga de assistente técnico.

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

Carreira/categoria	Homens	Mulheres	TOTAL
Dirigente intermedio	0	2	2
Técnico Superior	1	4	5
Assistente Técnico	1	8	9
Assistente Operacional	50	6	56
TOTAL	52	20	72

Nível de escolaridade	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Menos 4 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 anos	0	0	0	0	0	0	3	0	3
6 anos	0	0	0	0	0	0	4	1	5
9 anos	0	0	0	0	0	2	35	3	40
11 anos	0	0	0	0	0	0	4	1	5
12 anos	0	2	0	0	1	5	4	1	13
Licenciatura	0	0	1	4	0	1	0	0	6
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2	1	4	1	8	50	6	72



Município de Santa Cruz das Flores

As despesas com pessoal ascenderam durante o ano 2023 a 1.581.821,44 euros, o que representa um acréscimo em relação a 2022 de 371.519,34 euros

Descrição	2 023	2 022
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	94 576,30 €	91 557,96 €
Pessoal em Funções	628 507,65 €	481 265,40 €
Alterações obrigatórias de posição remuneratória	- €	- €
Pessoal contratado a termo	50 783,22 €	17 960,38 €
pessoal aguardando a aposentação	4 237,53 €	911,64 €
Pessoal em qualquer outra situação	52 252,53 €	29 108,53 €
Representação	23 681,52 €	22 306,92 €
Subsídio de refeição	91 016,80 €	59 056,41 €
Subsídio de férias e de Natal	149 003,61 €	119 967,60 €
Remunerações por doença e maternidade/ paternidade	52 119,00 €	58 543,76 €
Horas extraordinárias	- €	- €
Ajudas de custo	7 622,44 €	2 716,78 €
Abono para falhas	1 020,90 €	1 020,90 €
Outros suplementos e prémios	25 288,80 €	22 297,31 €
Outros abonos em numerário ou especie	67 913,37 €	52 580,65 €
Encargos com a saúde	51 227,53 €	26 667,62 €
Subsídio familiar a criança e jovens	2 467,40 €	539,79 €
Outras prestações familiares	710,56 €	2 131,68 €
Caixa Geral de Aposentações	96 266,49 €	92 328,73 €
Regime Geral	169 418,90 €	114 781,83 €
Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	13 706,89 €	14 558,21 €
TOTAL	1 581 821,44 €	1 210 302,10 €

Ao longo do ano de 2023, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego concebidos pelo Governo Regional contando com 6 trabalhadores, a exercer funções nos diversos serviços da autarquia. A 31 de dezembro estes trabalhadores encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Programas	CTIS		PROSA		REACT-EMPREGO		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	
Nº de trabalhadores	0	0	4	2	0	0	6

As despesas com pessoal ao abrigo de programas ocupacionais, apresentam um total de 36.413,85 euros refletindo uma redução de 49.518 euros

2023

	2022	2023
Segurança social programas	29 021,10 €	14 333,90 €
Programas ocupacionais	56 910,78 €	22 079,95 €
TOTAL	85 931,88 €	36 413,85 €



Município de Santa Cruz das Flores

II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

2.1 - Análise Orçamental

2.1.1- Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 18 de novembro de 2022 e pelo órgão deliberativo a 28 de novembro de 2022, apresentava um total de receita e de despesa de 3 512 774,00 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2023.

Ao longo de 2023 foram realizadas 19 alterações, 17 alterações permutativas e 2 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 5.849.253 euros. Nas alterações permutativas foi utilizado a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 2.924.411,28 euros

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL							
Receita		2023	2022	Despesa		2023	2022
RI01	Saldo Anterior	2 924 411,28 €	3 092 738,99 €	D1	Despesas com o pessoal	1 581 821,44 €	1 210 302,10 €
R1	Receita Fiscal	271 039,13 €	215 731,02 €	D2	Aquisição de bens e serviços	793 379,80 €	789 315,98 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	44 272,50 €	15 526,85 €	D3	Juros e outros encargos	2 717,01 €	884,26 €
R4	Rendimentos de propriedade	108 102,69 €	103 510,83 €	D4	Transferências e subsídios correntes	438 948,71 €	488 325,53 €
R51	Transferências e subsídios correntes	2 414 099,26 €	2 505 821,52 €	D5	Outras despesas correntes	10 360,98 €	7 134,77 €
R6	Venda de bens e serviços	26 486,37 €	25 563,50 €	D6	Aquisição de bens de capital	281 322,21 €	903 655,94 €
R7	Outras receitas correntes	859,65 €	365,54 €	D7	Transferência e subsídios de capita	15 000,00 €	28 500,00 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	781,65 €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	613 408,91 €	407 067,22 €				
R10	Outras receitas de capital	- €	- €				
R11	Reposições não abatidas aos pagamen	1 404,81 €	34,44 €				
RA04	Receita efetiva [2]	3 479 673,32 €	3 274 402,57 €	DA03	Despesa efetiva [5]	3 123 550,15 €	3 428 118,58 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	D10	Despesa com passivos financeiros	14 611,70 €	14 611,70 €
				DA05	Total da Despesa	3 138 161,85 €	3 442 730,28 €
RA06	Receita + Saldo de Gerência	6 404 084,60 €	6 367 141,56 €	DA07	Saldo a transitar	3 265 922,75 €	2 924 411,28 €

2.1.2 - Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. E, nos termos do nº 5 do mesmo artigo acresce ao equilíbrio a parte do saldo de gerência afeto ao reforço das despesas correntes. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Stª Cruz das Flores cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, apresentando uma margem de 1.645.424,64 euros.



Município de Santa Cruz das Flores

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL 2023		Valores
Receita Corrente 2023		2 864 149,20 €
Aplicação Saldo Gerência no Reforço de Despsas Correntes		878 439,00 €
Total Receita que Releva para o Equilíbrio		3 742 588,20 €
Despesa Corrente		2 824 697,44 €
Amortização Média Empréstimos		13 150,53 €
Total da Despesa que Releva		2 837 847,97 €
Equilíbrio		904 740,23 €

Rúfca	1ª Revisão	Valores	Reforço Receita	Reforço Despsa
	Saldo de Gerência de 2022	2 924 411,28 €		
	Saldo de Gerência aplicado em 2023	878 439,00 €		
	Aplicação Saldo Gerência no Reforço de Despsas Correntes			
24/02/2023				
09	Venda Bens de investimento		2,00 €	
10	Transferências de Capital		40 769,90 €	
15	RNAP		1,00 €	
16	Saldo Gerência Anterior		1 301 867,00 €	
01	Despesas com Pessoal			118 000,00 €
02	Aquisição de Bens e Serviços			296 599,00 €
04	Transferências Correntes			20 000,00 €
06	Outras Despesas Correntes			150 000,00 €
07	Aquisição de Bens de Capital			758 040,00 €
	Soma		1 342 639,90 €	1 342 639,00 €
03/07/2023				
09	Venda Bens de investimento		2,00 €	
10	Transferências de Capital		1 436,00 €	
16	Saldo Gerência Anterior		992 402,00 €	
01	Despesas com Pessoal			27 840,00 €
02	Aquisição de Bens e Serviços			243 000,00 €
03	Juros			2 000,00 €
04	Transferências Correntes			21 000,00 €
07	Aquisição de Bens de Capital			700 000,00 €
	Soma		993 840,00 €	993 840,00 €

2.1.3 - Receita Orçamental e Despesa Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2023 atingiu 3.479.673.32 euros (3.427.872.68 euros de receitas próprias e 51.800,64 euros de fundos comunitários), representando um grau de execução de 59 %. E considerando a aplicação do saldo de gerência foi atingido um grau de execução de 99% cumprindo deste modo, o disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.



Município de Santa Cruz das Flores

Comparativamente com o exercício de 2022 verificou-se um ligeiro acréscimo da receita total de 36.943.04 euros), que corresponde apenas a 0,6%.

O peso das transferências, mantém-se com um peso considerável de 87% no total da receita efetiva arrecadada mesmo tendo sido inferior comparativamente ao ano 2022.

Síntese do DDORC

DA09	Saldo global [2] - [5]	419 937,25 €	- € -	63 814,08 €	- €	- €	356 123,17 €	-	153 716,01 €
DA10	Despesa primária	3 005 218,42 €	- € -	115 614,72 €	- €	- €	3 120 833,14 €	-	3 427 234,32 €
DA11	Saldo corrente	64 844,82 €	- € -	27 213,16 €	- €	- €	37 631,66 €	-	370 556,62 €
DA12	Saldo de capital	353 687,62 €	- € -	36 600,92 €	- €	- €	317 086,70 €	-	524 307,07 €
DA13	Saldo primário	422 654,26 €	- € -	63 814,08 €	- €	- €	358 840,18 €	-	152 831,75 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	6 276 718,76 €	- €	127 365,84 €	- €	- €	6 404 084,60 €	-	6 367 141,56 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	3 022 547,13 €	- €	115 614,72 €	- €	- €	3 138 161,85 €	-	3 442 730,28 €

ven



Município de Santa Cruz das Flores

Código	Designação	Demonstração de Execução Orçamental da Despesa										Ano: 2023				
		Município das Lajes das Flores		Despesas pagas líquidas de reposições		Obrigações		Despesas pagas líquidas de reposições		Obrigações			Ano: 2023			
		Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descontos	Compromissos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Compromisso a transferir	Obrigações por pagar	Período corrente					
D011	Despesa corrente	-	1 348 575,00 €	-	1 146 178,16 €	-	1 146 178,16 €	-	1 146 178,16 €	-	1 146 178,16 €	-	-	-	0	84,992
D012	Remunerações Certas e Permanentes	-	115 074,00 €	-	104 002,25 €	-	104 002,25 €	-	104 002,25 €	-	104 002,25 €	-	-	-	0	88,504
D013	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	353 373,00 €	-	340 208,78 €	-	340 208,78 €	-	340 208,78 €	-	340 208,78 €	-	-	-	0	94,46
D02	Segurança Social	2 530,50 €	1 113 628,00 €	-	936 374,02 €	-	811 128,29 €	2 530,50 €	790 849,30 €	-	793 379,80 €	135 245,73 €	17 748,49 €	-	0,227	71,016
D03	Aquisição de bens e serviços	-	2 782,00 €	-	2 717,01 €	-	2 717,01 €	-	2 717,01 €	-	2 717,01 €	-	-	-	0	97,664
D04113	Juros e outros encargos	-	23 700,00 €	-	14 333,90 €	-	14 333,90 €	-	14 333,90 €	-	14 333,90 €	-	-	-	0	60,481
D04115	Segurança Social	-	23 700,00 €	-	11 500,00 €	-	11 500,00 €	-	11 500,00 €	-	11 500,00 €	-	-	-	0	100
D0412	Administração Local	-	111 500,00 €	-	111 500,00 €	-	111 500,00 €	-	111 500,00 €	-	111 500,00 €	-	-	-	0	91,845
D0413	Entidades do setor não lucrativo	-	225 500,00 €	-	207 109,94 €	-	207 109,94 €	-	207 109,94 €	-	207 109,94 €	-	-	-	0	56,717
D05	Famílias	-	186 900,00 €	-	184 931,31 €	-	106 004,87 €	-	106 004,87 €	-	106 004,87 €	28 926,44 €	-	-	0	5,815
D06	Outras despesas correntes	-	178 170,00 €	-	10 480,47 €	-	10 360,98 €	-	10 360,98 €	-	10 360,98 €	119,49 €	-	-	0	13,082
D07115	Despesa de capital	-	2 150 439,00 €	-	540 564,70 €	-	281 637,65 €	-	281 637,65 €	-	281 637,65 €	258 927,05 €	315,44 €	-	0	60
D10	Aquisição de bens de capital	-	25 000,00 €	-	15 000,00 €	-	15 000,00 €	-	15 000,00 €	-	15 000,00 €	-	-	-	0	99,998
	Administração Local	-	14 612,00 €	-	14 611,70 €	-	14 611,70 €	-	14 611,70 €	-	14 611,70 €	-	-	-	0	
	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
	Total Despesas Corrente	2 530,50 €	3 659 202,00 €	-	3 007 835,81 €	-	2 844 976,43 €	2 530,50 €	2 831 697,44 €	-	2 837 227,91 €	162 859,41 €	17 748,49 €	-	0,069	77,191
	Total Despesas de Capital	-	2 190 051,00 €	-	570 176,40 €	-	311 249,35 €	-	310 933,91 €	-	310 933,91 €	258 927,05 €	315,44 €	-	0	51,615
	Total Geral	2 530,50 €	5 849 253,00 €	-	3 578 012,21 €	-	3 156 225,78 €	2 530,50 €	3 135 631,35 €	-	3 138 161,85 €	421 786,46 €	18 063,93 €	-	0,073	78,566

ven

13



Município de Santa Cruz das Flores

À receita arrecadada foi ainda adicionado o saldo de gerência transitado do exercício anterior, refletindo-se numa dotação autorizada de 5.849.253,00 €.

O total da despesa paga corresponde a 88,00% dos compromissos assumidos em 2023, sendo que a despesa corrente corresponde a 90,00% da despesa total, a despesas de capital os restantes 10,00% e a despesa não efetiva apenas 0,47%. Relativamente a 2022 regista-se um aumento no peso das despesas correntes (de 72,5 para 90,00%) por contrapartida da descida das despesas de capital (27,50% para 10,00%).

O saldo de compromissos por pagar transitados (421.786,46 €) está dividido entre despesas correntes (31%) e despesas de capital (69%). De referir que as obrigações por pagar se situam apenas em 18.063.93 €, sendo de referir que os encargos dos trabalhadores, assim como os da entidade relativos a gastos com pessoal do mês de dezembro foram liquidados e pagos no próprio exercício.

A despesa com pessoal com um peso de 50,04% do total em 2023, contra 35,20% em 2022, passou a representar a rubrica com maior percentagem na estrutura da despesa, já que a aquisição de bens de capital decresceu de 26,2%. Para 9,00%.

A aquisição de bens e serviços representa, em 2023, cerca de 25,3% do total da despesa.

2.1.5 - Execução Plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2023 o DPPI teve uma execução de 281.322,21 euros, com a conservação da rede viária a representar 22% do executado, seguido da conservação de recintos desportivos com 13% e da aquisição de diverso equipamento de recolha de resíduos com 11% do total da despesa.



Município de Santa Cruz das Flores

Table with columns: 2023, Obj., Prog., Projeto, Designação, Data Início, Data fim, Montante Previsto (Ano, Anos Segui., Total), Montante executado (Anos anterior, Ano, Total), Nível de execução Anual %, Nível de execução global %.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LCA', 'Joaquim', and 'D'.

III-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

3.1 - Análise ao Balanço

Em 2023 o ativo do Município de Santa Cruz das Flores atingiu os 20.215.297 euros o que significa um decréscimo de (642.466) euros face ao ano anterior (3 %). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.



Município de Santa Cruz das Flores

Município de Stº Cruz das Flores			
Balço em 31 de Dezembro de 2023			
RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	16 310 238,91 €	17 275 412,74 €
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 566,88 €
Ativos intangíveis	3	36 828,94 €	75 951,65 €
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €
		16 530 223,73 €	17 534 520,27 €
Ativo corrente			
Inventários	10	131 214,20 €	167 435,88 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	52 384,60 €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 371,55 €	1 514,37 €
Estado e outros entes públicos	18	61 342,25 €	57 747,81 €
Outras contas a receber	18	139 940,50 €	144 918,98 €
Diferimentos	24	28 541,32 €	13 766,62 €
Caixa e depósitos	11	3 270 279,18 €	2 937 860,12 €
		3 685 073,60 €	3 323 243,78 €
Total do ativo		20 215 297,33 €	20 857 764,05 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €
Resultados transitados	30	48 200,71 €	953 915,19 €
Outras variações no património líquido	30	7 025 837,87 €	6 798 731,55 €
Resultado líquido do período	30	921 690,54 €	905 714,48 €
Total do Património Líquido		19 895 798,29 €	20 590 382,51 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	36 529,18 €	51 140,94 €
		36 529,18 €	51 140,94 €
Passivo corrente			
Fornecedores	18	18 063,93 €	2 530,50 €
Estado e outros entes públicos	18	229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	25	14 611,76 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18	250 064,71 €	198 868,94 €
		282 969,86 €	216 240,60 €
Total do Passivo		319 499,04 €	267 381,54 €
Total do Património Líquido e Passivo		20 215 297,33 €	20 857 764,05 €

Os ativos fixos tangíveis representam 80,68% do total do ativo, contra 82,78% em 2022 e registaram uma diminuição de -965.173,83 euros, devida a uma variação das depreciações ser superior às adições, cujo montante se cifrou em 1.305.811,37 euros.

No exercício de 2023 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Manteve-se inalterável, no montante de 69.567 euros, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento e que se referem a terrenos “tapadas” cedidos a terceiros em regime de arrendamento.

A quantia escriturada em ativos intangíveis diminuiu cerca de 52% em relação ao ano 2022 o que se justifica com a execução do programa de modernização administrativa no ano 2021 e que no final do ano 2023 regista 151.350,69 de amortizações acumuladas.

As participações financeiras cingem-se ao FAM e o seu montante manteve-se inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de 10,89% relativamente a 2022 que se deve fundamentalmente ao saldo de caixa e depósitos.



Município de Santa Cruz das Flores

As disponibilidades, com um peso de 88,74% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em relação ao passivo, o Município de Santa Cruz das Flores fechou o ano com um valor de 319.499 euros, sendo constituído em 11% por passivo não corrente e em 89% por passivo corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	36 529,18 €	51 140,94 €
		36 529,18 €	51 140,94 €
Passivo corrente			
Fornecedores	18	18 063,93 €	2 530,50 €
Estado e outros entes públicos	18	229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	25	14 611,76 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18	250 064,71 €	198 868,94 €
		282 969,86	216 240,60
Total do Passivo		319 499,04	267 381,54

Comparando com o período homólogo, o total do passivo aumentou cerca de 66.729 euros fortemente influenciado pelo valor das outras contas a pagar.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.

Não conhecemos processos judiciais em curso, sendo as provisões de zero.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 19.895.798 euros, o que traduz um decréscimo de (-3%) relativamente ao ano anterior.

3.2 - Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.



Município de Santa Cruz das Flores

Município de St Cruz das Flores				
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023				
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO		
		2023	2022	
Impostos, contribuições e taxas	14/25	+	313 419,23 €	239 505,36 €
Vendas	13	+	17 601,55 €	17 660,02 €
Prestações de serviços e concessões	13/25	+	102 447,73 €	72 024,04 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-	0,00 €	781,65 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	17	+	2 415 479,85 €	2 535 475,24 €
Variações nos inventários da produção		+/-	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	25	+	158 318,11 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	287 606,31 €	235 798,75 €
Fornecimentos e serviços externos	28	-	603 605,68 €	644 605,61 €
Gastos com pessoal	29	-	-1 633 088,06 €	1 207 225,75 €
Transferências e subsídios concedidos	27	-	470 099,26 €	434 198,65 €
Prestações sociais		-	84 341,58 €	82 005,36 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10	+/-	-11 294,64 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-	-733,94 €	-484,69 €
Outros rendimentos e ganhos	25	+	455 548,49 €	571 612,26 €
Outros gastos e perdas	22	-	39 402,79 €	409 169,60 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			432 623,70 €	423 570,16 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30	+/-	-1 351 597,23 €	-1 331 184,90 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-918 973,53 €	-907 614,74 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	0,00 €	2 819,55 €
Juros e gastos similares suportados		-	-2 717,01 €	-919,29 €
Resultado antes de impostos			-921 690,54 €	-905 714,48 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-921 690,54 €	-905 714,48 €

O resultado líquido de 2023 é negativo em cerca de 921.690 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelos gastos com pessoal que aumentaram cerca de 425,862 euros e também com as depreciações no montante de 1.351.597,23 €, verificando-se um ligeiro acréscimo face ao ano anterior da ordem dos 20.412 euros. Os rendimentos em 2022 foram de 3.462.814€ euros para um nível de gastos de 4.384.505 € euros.

Efetuada uma análise aos gastos de 2023, podemos concluir que houve um ligeiro aumento de 38.912 euros de euros face a 2022.

O exercício de 2023 registou uma variação acentuada relativamente ao exercício anterior nos gastos com pessoal, mais (425,862 euros), que não se refletiu proporcionalmente num aumento do valor total dos gastos devido ao decréscimo do valor na rubrica de outros gastos, menos 369.766 euros que no ano 2022.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2023:

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades. A rubrica de impostos, contribuições e taxas teve um aumento de 31% face ao ano de 2022

As transferências e subsídios correntes obtidos apresentam uma diminuição de 119.995 euros relativamente ao ano de 2022, correspondendo a uma redução de 4,7%.

Na análise aos rendimentos, a maior variação verificou-se na rubrica de trabalhos para a própria entidade, com um aumento de 158.318 euros, um incremento de 100% porque, pela primeira vez a entidade contabilizou os rendimentos e gastos dos trabalhos efetuados para a própria entidade.



Município de Santa Cruz das Flores

3.3 - Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	Ano 2023			Ano 2022		
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	19 895 798 €	20 215 297 €	98,4%	20 590 383 €	20 857 764 €	98,7%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	19 895 798 €	319 499 €	6227,2%	20 590 383 €	267 382 €	7700,7%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	3 685 074 €	282 970 €	1302,3%	3 323 244 €	216 241 €	1536,8%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - Inventário / Passivo Corrente	3 553 859 €	282 970 €	1255,9%	3 155 808 €	216 241 €	1459,4%
Liquidez imediata	Disponibilidade / Passivo Corrente	3 270 279 €	282 970 €	1155,7%	2 937 860 €	216 241 €	1358,6%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	921 691 €	19 895 798 €	-4,6%	905 714 €	20 590 383 €	-4,4%

3.4 - Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

A dívida total do município é obtida pela seguinte fórmula:

Dívida total = dívida total de operações orçamentais + dívida total das entidades participadas pelo município

Sendo que:

Dívida total de operações orçamentais = total das dívidas de 3.ºs no balanço – dívidas resultantes de operações não orçamentais

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2023 do Município de Santa Cruz das Flores face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2023, não excede o limite de endividamento:



Município de Santa Cruz das Flores

Capacidade de Endividamento			
Receita corrente	01/01/2023	31/12/2023	01/01/2024
2023			2 864 859,60 €
2022	2 866 519,26 €	2 866 519,26 €	2 866 519,26 €
2021	2 858 886,00 €	2 858 886,00 €	2 858 886,00 €
2020	2 642 892,86 €	2 642 892,86 €	
Media	2 789 432,71 €	2 789 432,71 €	2 863 421,62 €
Limite	4 184 149,06 €	4 184 149,06 €	4 295 132,43 €
Passivo			
221	2 530,50 €	18 063,93 €	18 063,93 €
242	24229	229,26 €	229,26 €
245		0,20 €	0,20 €
25		65 752,64 €	51 140,94 €
2722		185 649,56 €	245 937,74 €
2771		13 032,39 €	3 971,02 €
27892		186,99 €	155,95 €
Passivo Total	267 381,54 €	319 499,04 €	319 499,04 €
Credores por acréscimos		-185 649,56 €	-245 937,74 €
Operações de Tesouraria		-13 448,84 €	-4 356,43 €
Endividamento	68 283,14 €	69 204,87 €	69 204,87 €
Margem	4 115 865,92 €	4 115 865,92 €	4 115 865,92 €
Margem disponível 01-01-2023	40%	1 646 346,37 €	
Margem disponível 31-12-2023			1 645 424,64 €
Margem a 01-01-2024			4 225 927,56 €
Margem disponível 01-01-2023	40%		1 690 371,02 €
Nível face à média	2,4%	2,5%	2,4%

O valor do endividamento pode ainda ser aferido no mapa do Tribunal de Contas

MODELO 14 - Dívida total - Apuramento da dívida total

ENTIDADE
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023
DÍVIDA TOTAL

ENTIDADES	Passivo não corrente (total) (1)	Passivo não corrente - Provisões (2)	Passivo não corrente - Diferimentos (3)	Passivo corrente (total) (4)	Passivo corrente - Diferimento (5)	Passivo relativo ao art.º 60-A do (6)	Saldo final de operações de tesouraria (7)	Fundo de Apoio Municipal (8)	Empréstimos bancários excluídos do (9)	Dívida Total (10) = 1+2+3+4+5+6+7+8+9
Município	36 529,18	0,00	245 937,74	282 900,88	0,00	0,00	4 356,43	0,00	0,00	69 204,87
Serviços Municipalizados*										
Serviços Intermunicipalizados*										
Entidades Intermunicipais*:										
Entidades associativas municipais*:										
Empresas locais										
Empresas participadas										
Cooperativas										
Fundações										
Entidades de outra natureza										
TOTAL	36 529,18	0,00	245 937,74	282 900,88	0,00	0,00	4 356,43	0,00	0,00	69 204,87



Município de Santa Cruz das Flores

IV - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de -921.690,54 euros, seja transferido para resultados transitados

Santa das Flores, ____ de abril de 2024

Handwritten signatures in blue ink, including the name "van" and "Bessa".



Município de Santa Cruz das Flores

V – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1- Balanço

Município de Stª Cruz das Flores
Balanço em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	16 310 238,91 €	17 275 412,74 €
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 566,88 €
Ativos intangíveis	3	36 828,94 €	75 951,65 €
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €
		16 530 223,73 €	17 534 520,27 €
Ativo corrente			
Inventários	10	131 214,20 €	167 435,88 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	52 384,60 €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 371,55 €	1 514,37 €
Estado e outros entes públicos	18	61 342,25 €	57 747,81 €
Outras contas a receber	18	139 940,50 €	144 918,98 €
Diferimentos	24	28 541,32 €	13 766,62 €
Caixa e depósitos	11	3 270 279,18 €	2 937 860,12 €
		3 685 073,60 €	3 323 243,78 €
Total do ativo		20 215 297,33 €	20 857 764,05 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €
Resultados transitados	30	48 200,71 €	953 915,19 €
Outras variações no património líquido	30	7 025 837,87 €	6 798 731,55 €
Resultado líquido do período	30	- 921 690,54 €	- 905 714,48 €
Total do Património Líquido		19 895 798,29 €	20 590 382,51 €

PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	36 529,18 €	51 140,94 €
		36 529,18 €	51 140,94 €
Passivo corrente			
Fornecedores	18	18 063,93 €	2 530,50 €
Estado e outros entes públicos	18	229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	25	14 611,76 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18	250 064,71 €	198 868,94 €
		282 969,86 €	216 240,60 €
Total do Passivo		319 499,04 €	267 381,54 €
Total do Património Líquido e Passivo		20 215 297,33 €	20 857 764,05 €



Município de Santa Cruz das Flores

5.2 - Demonstração de Resultados por Natureza

7

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14/25	+	313 419,23 €	239 505,36 €
Vendas	13	+	17 601,55 €	17 660,02 €
Prestações de serviços e concessões	13/25	+	102 447,73 €	72 024,04 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-	0,00 €	781,65 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	17	+	2 415 479,85 €	2 535 475,24 €
Variações nos inventários da produção		+/-	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	25	+	158 318,11 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-287 606,31 €	-235 798,75 €
Fornecimentos e serviços externos	28	-	-603 605,68 €	-644 605,61 €
Gastos com pessoal	29	-	-1 633 088,06 €	-1 207 225,75 €
Transferências e subsídios concedidos	27	-	-370 099,26 €	-434 198,65 €
Prestações sociais		-	-84 341,58 €	-82 005,36 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	-11 293,64 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-	-753,94 €	-484,69 €
Outros rendimentos e ganhos	25	+	455 548,49 €	571 612,26 €
Outros gastos e perdas	22	-	-39 402,79 €	-409 169,60 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			432 623,70 €	423 570,16 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30	+/-	-1 351 597,23 €	-1 331 184,90 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-918 973,53 €	-907 614,74 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	0,00 €	2 819,55 €
Juros e gastos similares suportados		-	-2 717,01 €	-919,29 €
Resultado antes de impostos			-921 690,54 €	-905 714,48 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-921 690,54 €	-905 714,48 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Município de Santa Cruz das Flores

5.3 - Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		26 486,37 €	25 563,50 €
Recebimentos de contribuintes		271 039,13 €	215 731,02 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 414 099,26 €	2 505 821,52 €
Recebimentos de utentes		44 264,74 €	15 526,85 €
Pagamentos a fornecedores		-1 028 821,94 €	-1 235 310,80 €
Pagamentos ao pessoal		-1 019 015,46 €	-952 790,54 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-350 510,26 €	-516 825,53 €
Pagamentos de prestações sociais		-106 004,87 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações		251 536,97 €	57 716,02 €
Outros recebimentos		2 782,47 €	2 946,97 €
Outros pagamentos		-4 33 389,58 €	-381 737,27 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	+/-	-179 070,14 €	-321 074,28 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-186 030,94 €	-334 263,43 €
Ativos intangíveis		-6 662,75 €	-9 037,43 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		9 168,86 €	10 212,08 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		97 553,24 €	90 479,20 €
Subsídios ao investimento		54 316,91 €	75 201,22 €
Transferências de capital		559 092,00 €	331 866,00 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		1 380,59 €	2 819,55 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	+/-	528 817,91 €	167 277,19 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-14 611,70 €	-14 611,70 €
Juros e gastos similares		-2 717,01 €	-884,26 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	-	-17 328,71 €	-15 495,96 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		332 419,06 €	-169 293,05 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 270 279,18 €	2 937 860,12 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-13 448,84 €	-13 632,53 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		13 448,84 €	13 632,53 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
= Saldo da gerência anterior		2 937 860,12 €	3 106 371,52 €
De execução orçamental		2 924 411,28 €	3 092 738,99 €
De operações de tesouraria		13 448,84 €	13 632,53 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 270 279,18 €	2 937 860,12 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		-4 356,43 €	-13 448,84 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		4 356,43 €	13 448,84 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
= Saldo da gerência seguinte		3 270 279,18 €	2 937 860,12 €
De execução orçamental		3 265 922,75 €	2 924 411,28 €
De operações de tesouraria		4 356,43 €	13 448,84 €



Município de Santa Cruz das Flores

5.4 - Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DISCRICÃO	NOTAS	Capital Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitáveis	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	IGTM	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO														
Transferências e subsídios de capital	(1)	13 127 036,46	0,00	616 413,29	0,00	0,00	953 915,19	0,00	0,00	6 798 731,55	(905 714,48)	20 590 382,51	0,00	20 590 382,51
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	227 106,32	-	227 106,32	-	227 106,32
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	905 714,48	-	-	-	905 714,48	-	-	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(905 714,48)	0,00	0,00	227 106,32	905 714,48	227 106,32	0,00	227 106,32
	(3)	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	(921 690,54)	(921 690,54)	0,00	(921 690,54)
	(4) = (2) + (3)						0,00	0,00	0,00	0,00	(15 976,06)	(694 584,22)	0,00	(694 584,22)
	(5)						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO														
= (1) + (2) + (3) + (5)														
13 127 036,46														
616 413,29														
0,00														
18 200,71														
0,00														
7 025 837,87														
-921 690,54														
19 895 798,29														

Tipo	Id. da operação	Data de contratação	Prazo	Anos	Número de prestações	Data de registo	Valor nominal	Capital		Pagamentos efetuados		Outros em apuro		Montantes vencidos e não pagos em 31/12		Amortizações médias	
								Utilizado	Disponível	AbxN	AbxN	AbxN	AbxN	AbxN	AbxN	AbxN	AbxN
Total CP																	
Médio e Longo Prazo																	
Referência	9 (CGI)	14/01/17	11	4	36/03/17	Invest*	131 505,29	131 505,29	51 140,94	1 810,08	3 777,12	0	0	0	65 752,64	51 140,94	131 505,29
Sub Total							131 505,29	131 505,29	51 140,94	1 810,08	3 777,12	0	0	0	65 752,64	51 140,94	131 505,29
Interesses																	
Total MLP							131 505,29	131 505,29	51 140,94	1 810,08	3 777,12	0	0	0	65 752,64	51 140,94	131 505,29
Total Geral							131 505,29	131 505,29	51 140,94	1 810,08	3 777,12	0	0	0	65 752,64	51 140,94	131 505,29

25



Município de Santa Cruz das Flores

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de St^a Cruz das Flores

Endereço: Rua Senador André de Freitas, 9970-320 Santa Cruz das Flores

NIF: 512079110

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no:

ANEXO I - Caracterização da entidade do Tribunal de Contas

ANEXO II- organograma

1.2 - Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Santa Cruz das Flores a 31 de dezembro de 2023 totaliza 72.

1.3 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n° 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios.

1.4- Rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica o Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2023, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:



Município de Santa Cruz das Flores

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2023	31/12/2022
11	Caixa	68,77 €	0,00 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	3 265 853,98 €	2 924 411,28 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
132	Depósitos consignados	4 356,43 €	4 387,47 €
133	Depósitos de garantias e cações	0,00 €	9 061,37 €
	TOTAL	3 270 279,18 €	2 937 860,12 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC

Designação	31/12/2023	31/12/2022
- Execução orçamental	3 265 922,75	2 924 411,28
- Operações de tesouraria	4 356,43	13 448,84
Saldo da gerência	3 270 279,18 €	2 937 860,12 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do município de Santa Cruz das Flores, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela / sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

2.1.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:



Município de Santa Cruz das Flores

2.1.1.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município de Santa Cruz das Flores benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

2.1.1.2 - Propriedades de investimento



Município de Santa Cruz das Flores

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

2.1.1.3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir



Município de Santa Cruz das Flores

o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

2.1.1.4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de St^a Cruz das Flores controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão e NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na situação do município de St^a Cruz encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à EDA. Porém, não existe informação disponível por parte do concessionário que permita o devido reconhecimento da concessão.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não serem conhecidos os respetivos valores.

A situação resulta dos seguintes fatores:

1. O município é proprietário das infraestruturas elétricas em baixa, bem como da rede de iluminação pública existente.
2. A prestação de serviço público com estes ativos é realizada pela EDA (concessionário) por força do contrato de concessão.
3. Por força do estabelecido no parágrafo 6 (a) da NCP 4 do SNC-AP os ativos cedidos na concessão devem ser objeto de reconhecimento contabilístico nas demonstrações financeiras do município (concedente), se este exercer o controlo ou regular os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo.
4. Dada a natureza da concessão são suscitadas dúvidas sobre se a existência de controlo por parte do concedente
5. Ainda de acordo com a norma importa analisar se no final de cada ano existe valor suportar pelo concedente no caso de resgate ou indemnização. E, nessas circunstâncias se deve, ou não, ser classificado como passivo financeiro. Contudo, também aqui o município não detém qualquer informação.
6. Valor que, em princípio, deve corresponder ao valor escriturado em cada exercício relativo ao conjunto de ativos adquiridos e fornecidos pelo concessionário.



Município de Santa Cruz das Flores

Face a esta situação existem pareceres da CNC e da OROC cujo conteúdo, se nos afigura contraditório.

CNC "Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

2.1.1.5 - Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

Na situação do município de Santa Cruz das Flores não existem ativos em locação.

2.1.1.6 - Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Município de Santa Cruz das Flores

quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No município de St^a Cruz das Flores não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

O Município de St^a Cruz das Flores seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, já que no presente essa participação se cinge à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM)

2.1.1.7 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

2.1.1.8 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.



Município de Santa Cruz das Flores

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

2.1.1.9 - Instrumentos financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Contas a receber;
- Fornecedores;
- Contas a pagar;



Município de Santa Cruz das Flores

– Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor.

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.